

Blockchain, tokens e criptomoedas

ANÁLISE JURÍDICA

2021

Dayana de Carvalho Uhdre

BLOCKCHAIN, TOKENS E CRIPTOMOEDAS

ANÁLISE JURÍDICA

© Almedina, 2021

AUTOR: Dayana de Carvalho Uhdre

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556271842

Março, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Uhdre, Dayana de Carvalho
Blockchain, tokens e criptomoedas : análise jurídica / Dayana de Carvalho Uhdre.
São Paulo : Almedina, 2021.

Bibliografia.
9786556271842

Índice:

1. Bitcoin
 2. Blockchains (Base de dados)
 3. Criptomoedas
 4. Direito
 5. Direito tributário
- I. Título.

21-55088

CDU-34:336.2(81)

1191989

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. Um Pouco de Contexto Não Faz Mal a Ninguém	17
CAPÍTULO 2. <i>Blockchain</i>, DLT e Correlatos: um Breve Flerte com a Tecnologia	29
2.1. Entendendo a tecnologia <i>blockchain</i> por onde tudo começou: o protocolo bitcoin	32
2.2. Olhando um pouco mais para a tecnologia (ou tecnologias) <i>blockchain</i>	40
2.2.1. As várias tecnologias <i>blockchain</i>	43
2.2.2. Voltando às promessas das “ <i>blockchains</i> ”	46
2.3. Mas, e os <i>smart contracts</i> ? Sobre as chamadas gerações de <i>blockchains</i>	48
CAPÍTULO 3. Afinal, Criptomoedas, Criptoativos, <i>Tokens</i>, Moedas Virtuais: do Caos a uma Tentativa de Organização	57
3.1. Uma primeira aproximação	57
3.2. Algumas das propostas de catalogação dos tokens ou dos “criptoativos”	62
3.2.1. Algumas Propostas “Doutrinárias”	64
3.2.2. Propostas feitas pelos órgãos oficiais	69
3.2.3. Proposta “VIVA” do UNTITLED INC.	73
3.2.4. O estabelecimento de algumas premissas	77
3.3. Nossa proposta	82

CAPÍTULO 4. <i>Blockchain, Tokens</i> e Criptoativos como uma Tecnologia Passível de Regulamentação?	99
4.1 <i>Blockchain</i> como tecnologia passível de regulação?	105
4.1.1 Regulação e Código	109
4.1.2. <i>Blockchain</i> , regulação estatal: algumas premissas e tendências	118
4.2. Algumas propostas de regulamentação pelo mundo	127
4.2.1. Estados Unidos da América	127
4.2.2. União Europeia (UE)	131
4.2.2.1. Diretiva (UE) 2018/843	134
4.2.2.2. European Securities and Markets Authority — ESMA	138
4.2.2.3. Regulamento em Mercados de Criptoativos (MiCA)	140
4.2.3. Suíça	142
4.2.4. Malta e Liechtenstein	146
4.2.5. Japão	151
CAPÍTULO 5. Regulação no Ambiente de Tecnologia <i>Blockchain</i>. E o Brasil Nisso Tudo?	155
5.1. As manifestações do BACEN e da CVM	155
5.2. As manifestações da Receita Federal do Brasil	160
5.3. Sobre os projetos de lei apresentados	171
5.3.1. Sobre o que estamos tratando?	172
5.3.1.1. Panorama das Propostas iniciadas na Câmara dos Deputados	172
5.3.1.2. Panorama das Propostas iniciadas no Senado Federal	177
5.3.2. Mapeamos os riscos, mas lidamos com eles?	183
5.3.2.1. Utilização das criptomoedas para fins criminosos	184
5.3.2.2. Captação pública de valores e a necessária proteção dos investidores	185
5.3.2.3. Higiene do sistema financeiro e monetário e tributação dessas “manifestações de riquezas”	189
5.4. Autorregulação no Brasil?	191

CAPÍTULO 6. Riscos Jurídico-Tributários no Cenário Brasileiro	203
6.1. Sistema jurídico tributário brasileiro	204
6.2. Como se posicionou a receita federal do brasil	211
6.3. Sobre os impostos que a receita federal do brasil não se pronunciou	221
6.3.1. Ainda no âmbito federal de competência: criptomoedas e IOF?	223
6.3.2. No âmbito estadual de competência: criptomoedas e ICMS?	227
6.3.3. No âmbito municipal de competência: criptomoedas e ISS? O caso dos mineradores de criptomoedas	233
Considerações Finais	237
Referências	247